

01/06/2010

PRIMEIRA TURMA

**HABEAS CORPUS 101.588 SÃO PAULO**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. DIAS TOFFOLI</b>
PACTE.(S)	: JOYCE APARECIDA NUNES DA SILVA
IMPTE.(S)	: HEMILTON AMARO LEITE E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**EMENTA**

***Habeas corpus. Processual penal. Tráfico de drogas. Absolvição por ausência de provas. Alegação de que a paciente não portava substância entorpecente. Inadmissibilidade da discussão na via eleita. Reexame de fatos e provas. Precedentes. Trânsito em julgado da condenação. Inviabilidade do meio processual eleito. Ausência de ilegalidade flagrante. Impossibilidade do writ ser sucedâneo de revisão criminal. Precedentes. Ordem denegada.***

1. A pretendida verificação acerca da absolvição demandaria necessário reexame de fatos e provas, inadmitido na via estreita do **habeas corpus**.

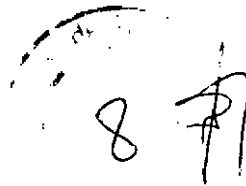
2. Nos termos da jurisprudência da Corte, o “***habeas corpus não pode ser utilizado, em regra, como sucedâneo de revisão criminal, a menos que haja manifesta ilegalidade ou abuso no ato praticado pelo tribunal superior***” (HC nº 86.367/RO, Segunda Turma, Relatora a Ministra Ellen Gracie, DJe de 24/10/08), o que não se verifica na espécie.

3. **Habeas corpus denegado.**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Sr. Ministro Ricardo Lewandowski, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em indeferir o pedido de **habeas corpus**, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 1º de junho de 2010.



MINISTRO DIAS TOFFOLI

Relator

01/06/2010

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 101.588 SÃO PAULO

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
PACTE.(S)	: JOYCE APARECIDA NUNES DA SILVA
IMPTE.(S)	: HEMILTON AMARO LEITE E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**RELATÓRIO****O EXMO. SR. MINISTRO DIAS TOFFOLI:**

**Habeas corpus**, com pedido de liminar, impetrado pelos advogados Hemilton Amaro Leite e Tassia Fernanda Gomes Leite em benefício de Joyce Aparecida Nunes da Silva, buscando a absolvição da paciente pelo crime de tráfico ilícito de entorpecentes.

Aponta como autoridade coatora a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, que denegou a ordem no HC nº 79.156/SP, Relator o Ministro **Felix Fischer**, impetrado àquela Corte.

Os impetrantes sustentam, em síntese, a ausência de provas para a condenação da paciente pelo crime de tráfico de drogas, tanto que foi absolvida pelo Juízo de 1º grau. Afirmam que “(...) Joyce não poderia ser condenada como traficante se não sabia da existência do entorpecente e ao contrário do quanto afirmado pelos policiais não estava com o entorpecente nas mãos” (fl. 7 – grifo no original).

Requerem o deferimento da liminar para que “a paciente possa aguardar em liberdade o julgamento do HC” (fl. 16). No mérito, pedem a absolvição da paciente pelo crime de tráfico ilícito de entorpecentes (fl. 17).

Em 25/11/09, indeferi o pedido de liminar e por estarem os autos devidamente instruídos com o inteiro teor da decisão ora questionada, dispensei as informações da autoridade apontada como coatora. Contudo, determinei que se oficiasse ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (fls. 204 a 208).

As informações foram prestadas às folhas 214 a 237.

O Ministério Público Federal, pelo parecer do ilustre Subprocurador-Geral da República, Dr. **Wagner Gonçalves**, opinou pelo não conhecimento da ordem; caso conhecida, pela denegação (fls. 243 a 247).

É o relatório.

01/06/2010

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 101.588 SÃO PAULO

**VOTO****O EXMO. SR. MINISTRO DIAS TOFFOLI:**

Conforme relatado, volta-se esta impetração contra ato da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, que denegou a ordem no HC nº 79.156/SP, Relator o Ministro **Felix Fischer**, impetrado àquela Corte.

Narram os impetrantes, na inicial, que:

“(…)

1-A paciente foi processada pela Justiça Pública, por suposta infração aos art. 12 e 18, III e IV da lei 6368/76, já que fora surpreendida recebendo (SEM TER RECEBIDO QUALQUER ENTORPECENTE) da co-ré Elizabeth, certa quantidade de entorpecente;

2-A paciente foi **ABSOLVIDA** em brilhante sentença de 1ª Instância (Proc. 373/05-1ª Vara Lorena), onde o MM. Juiz reconheceu com base em prova documental existente nos autos, de que o entorpecente não foi entregue para a paciente, quando da chegada dos policiais, e portanto diante da atipicidade de conduta e da não punibilidade de tentativa (RT613:288), a absolvição era de rigor, condenando-se somente a ré Elizabeth, pessoa que realmente estava com o entorpecente na bolsa;

3-Houve apelação por parte do Ministério Público, e a paciente foi injustamente condenada pela 11ª Câmara do 6º Grupo da Seção Criminal do Tribunal de Justiça, a pena de 4 anos e seis meses de reclusão, com regime integral fechado, e 77 dias multa, expedindo-se mandado de prisão;

4-Houve impetração de **Habeas Corpus** (HC 79156) no Superior Tribunal de Justiça, buscando a absolvição diante da inequívoca nulidade e injustiça da condenação já que o fato era atípico. Em 20/5/2008, os Ministros da Quinta Turma do STJ, denegaram a ordem sob a justificativa de que demandaria o exame aprofundado de provas, concedendo, contudo, HC de ofício para afastar a majoração de associação eventual, fixando desta forma a condenação da paciente em **3 anos de reclusão, com regime inicial fechado (doc. anexo)**” (fls. 2/3 – grifos no original).

Transcrevo a ementa daquele julgado:

“PENAL E PROCESSUAL PENAL. **HABEAS CORPUS**. ART. 12, **CAPUT**, C/C O ART. 18, INCISOS III E IV, AMBOS DA LEI Nº 6.368/76 (ANTIGA LEI DE TÓXICOS). PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. DILAÇÃO

PROBATÓRIA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. CRIME HEDIONDO. PROGRESSÃO DE REGIME. POSSIBILIDADE. INCONSTITUCIONALIDADE DO § 1º DO ART. 2º DA LEI Nº 8.072/90 DECLARADA PELO STF.

I - No caso em tela, infirmar a condenação da ora paciente, ao argumento de que a droga não foi apreendida em seu poder, demandaria, necessariamente, o amplo revolvimento da matéria fático-probatória, o que é vedado em sede de **habeas corpus**. (Precedentes).

II - O Pretório Excelso, nos termos da decisão Plenária proferida por ocasião do julgamento do HC 82.959/SP, concluiu que o § 1º do art. 2º da Lei nº 8.072/90, é inconstitucional.

III - Assim, o condenado por crime hediondo ou a ele equiparado, pode obter o direito à progressão de regime prisional, desde que preenchidos os demais requisitos.

IV - A Lei nº 11.343/2006 (nova Lei de Drogas), a par de ter revogado as Leis nº 6.368/76 e nº 10.409/2002, não prevê, como causa de aumento de pena, a associação eventual para o tráfico. Assim, verificada a **novatio legis in mellius**, é de ser afastada a aplicação, na hipótese, do art. 18, inciso III, da Lei nº 6.368/76.

**Writ** denegado.

**Habeas corpus** concedido de ofício” (fl. 193).

Esse é o motivo pelo qual se insurgem os impetrantes neste **writ**.

Pelo que se tem no julgado proferido pela Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, não se vislumbra nenhuma ilegalidade, abuso de poder ou teratologia que justifique a concessão da ordem. Com efeito, o acórdão proferido por aquela Corte de Justiça encontra-se suficientemente motivado, restando justificada a formação do convencimento.

Ademais, tenho que os fins pretendidos nesta impetração – absolvição da paciente pelo crime de tráfico ilícito de entorpecentes – conduz, inevitavelmente, a uma profunda análise fático-probatória, inadmitido na via estreita do **habeas corpus**. Nesse sentido: HC nº 94.272/SP, Primeira Turma, Relator o Ministro **Meñezes Direito**, DJ de 27/3/09; HC nº 89.783/RN, Primeira Turma, Relator o Ministro **Ricardo Lewandowski**, DJ de 13/4/07; RHC nº 83.719/SP, Primeira Turma, Relator para acórdão o Ministro **Joaquim Barbosa**, DJ de 10/9/04; HC nº 80.822/RJ, Primeira Turma, Relator o Ministro **Sepúlveda Pertence**, DJ de 10/8/01; e HC nº 77.721/SP, Primeira Turma, Relator o Ministro **Moreira Alves**, DJ de 6/8/99, entre outros.

De qualquer modo, considerado o trânsito em julgado da condenação imposta à paciente (fls. 214/215), o **writ** não poderá fazer as vezes da revisão criminal. É

que, segundo o entendimento desta Suprema Corte, o “**habeas corpus não pode ser utilizado, em regra, como sucedâneo de revisão criminal, a menos que haja manifesta ilegalidade ou abuso no ato praticado pelo tribunal superior**”(HC nº 86.367/RO, Segunda Turma, Relatora a Ministra Ellen Gracie, DJe de 24/10/08), o que não se verifica na espécie.

Perfilhando esse entendimento, destaco os julgados seguintes:

“**HABEAS CORPUS - OBJETO.** O **habeas corpus** pressupõe ilegalidade a alcançar o direito de ir e vir do cidadão, não fazendo as vezes de revisão criminal para assentar-se a ausência de dolo ou culpa” (HC nº 97.083/MG, Primeira Turma, Relator o Ministro Marco Aurélio, DJe de 28/5/10);

“**HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. DELITO TIPIFICADO NO ART. 231, DO CÓDIGO PENAL. PEDIDO DE ANULAÇÃO DE SENTENÇA POR ATIPICIDADE DE CONDUTA. IMPOSSIBILIDADE DE SE REVOLVER CONTEXTO FÁTICO PROBATÓRIO EM SEDE DESTA IMPETRAÇÃO COM O FITO DE SE DIFERENCIAREM POSSÍVEIS ATOS PREPARATÓRIOS IMPUNÍVEIS DAQUELES QUE JÁ FAZEM PARTE DO ITER CRIMINIS. INVIABILIDADE DO MEIO PROCESSUAL ELEITO, UMA VEZ QUE, PARA O CASO DE TRÂNSITO EM JULGADO, RESERVA-SE A REVISÃO CRIMINAL. À AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE, NÃO PODE O HABEAS CORPUS SER SUCEDÂNEO DAQUELA, DESFAZENDO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. I - A análise da natureza dos atos praticados pelos pacientes a fim de classificá-los não como parte do iter criminis, mas atípicos e meramente preparatórios, é questão que exige revolvimento de análise fático probatória inviável na via do habeas corpus. II - É pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que não pode a impetração de writ ser sucedânea de revisão criminal, à ausência de ilegalidade flagrante em condenação com trânsito em julgado, respeitando-se o devido processo legal. III - Ordem denegada” (HC nº 97.112/GO, Primeira Turma, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, DJe de 9/4/10).**

Na esteira desse entendimento, manifestou-se o ilustre Subprocurador-Geral da República Dr. Wagner Gonçalves. Leio no parecer:

“(…)

Insta observar, também, que a paciente foi condenada por aresto **transitado em julgado** (...). Como é deveras sabido, o **habeas corpus** não pode ser utilizado como sucedâneo de revisão criminal. O trânsito em julgado, em matéria penal, tem de ter suas consequências jurídicas, de consolidação da posição do Poder Judiciário (...)” (fl. 246).

Diante desse quadro, denego a ordem de **habeas corpus**.  
É como voto.

**PRIMEIRA TURMA****EXTRATO DE ATA****HABEAS CORPUS 101.588**

PROCED. : SÃO PAULO

**RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI**

PACTE.(S) : JOYCE APARECIDA NUNES DA SILVA

IMPTE.(S) : HEMILTON AMARO LEITE E OUTRO(A/S)

COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Decisão:** A Turma indeferiu o pedido de *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator. Unânime. Ausente, justificadamente, o Ministro Marco Aurélio. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. 1ª Turma, 1º.06.2010.

Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Presentes à Sessão o Ministro Ayres Britto, a Ministra Cármen Lúcia e o Ministro Dias Toffoli. Ausente, justificadamente, o Ministro Marco Aurélio.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Edson Oliveira de Almeida.

Fabiane Duarte  
Coordenadora